

Laboratório de Futuros Sessão especial Brasil Documento de conclusões

INSTITUTO CERVANTES, SÃO PAULO
5 DE MARÇO DE 2026



Prémios Quirino
de Animação
Ibero-Americana

Premios Quirino
de la Animación
Iberoamericana

Desafios para a coprodução entre o Brasil e os países ibero-americanos

Instituto Cervantes, São Paulo — 5 de março de 2026

Pela primeira vez, o Laboratório de Futuros Quirino realizou uma atividade fora de Tenerife.

O Laboratório é um espaço de inteligência coletiva criado para pensar estrategicamente sobre o futuro da animação ibero-americana. Sua chegada a São Paulo teve como objetivo levar essa conversa ao coração da indústria brasileira.

A pergunta que guiou o debate foi concreta: quais são os desafios reais para a coprodução entre o Brasil e o resto do bloco ibero-americano e o que é preciso fazer para superá-los?

O encontro foi moderado pelo cineasta Cesar Cabral (Coala Filmes) e contou com a participação de Rosa Crescente (diretora de Projetos Especiais e Coproduções, TV Cultura), Adriana Pinto (presidente da ABCA), Camila Nunes (presidente da Abranima e diretora da Lanterna Mágica), Daniel Tonacci (coordenador de Programas Internacionais, ANCINE) e Lucas Soussumi (gerente do programa Brazilian Content).

Os profissionais do setor presentes na sala também participaram ativamente do debate, enriquecendo-o com suas experiências e perspectivas.

A sessão começou com uma apresentação de dados do 2º Mapeamento da Animação no Brasil realizada por Alessandra Meleiro, pesquisadora e gestora cultural, que forneceu a estrutura empírica para a mesa redonda.



1. Diagnóstico: a situação atual das coproduções

O debate começou com estes dados: 60% das empresas brasileiras de animação nunca realizaram uma coprodução internacional. Entre as que coproduzem, os parceiros predominantes são EUA (44%)*, Canadá (23%) e França (17%). O bloco ibero-americano – Argentina, México, Portugal, Espanha, Chile – aparece de forma marginal, apesar do espaço cultural compartilhado e da existência de marcos de cooperação bilateral.

**Nota: não existe consenso a respeito da adoção do termo «coprodução» para as obras realizadas com os Estados Unidos, já que as coproduções realizadas de acordo com o texto da Lei Audiovisual, Artigo 3A, não são consideradas coproduções internacionais oficiais. Para os fins deste documento, foi adotada esta interpretação.*

As coproduções financeiras realizadas por meio dos mecanismos de incentivos fiscais brasileiros não configuram uma coprodução internacional oficial para fins de reconhecimento da obra brasileira pelo país. Embora nos contratos vinculados a esses mecanismos seja utilizado o termo “coprodutor”, sua aplicação corresponde a uma acepção distinta daquela empregada para fins regulatórios. O uso desses mecanismos não impede que se trate de uma coprodução internacional oficial, mas também pouco constituem, por si mesmos, uma base legal para o reconhecimento. O reconhecimento como coprodução oficial depende sempre da avaliação do cumprimento das normas vigentes nos tratados e acordos correspondentes e, especialmente quando se trata de um país com o qual o Brasil não possui acordo de coprodução, exige uma leitura detalhada de cada caso.

O diagnóstico foi claro: não se trata de falta de interesse ou talento, mas de uma acumulação de obstáculos concretos que o setor não conseguiu resolver.

O diagnóstico resultante foi o seguinte:

- **A assincronia financeira é o obstáculo principal**

Os calendários de fomento brasileiros não se alinham com os prazos de negociação internacionais. O produtor brasileiro chega à mesa de coprodução sem saber se seus fundos locais estarão disponíveis, o que o coloca em desvantagem estrutural diante de parceiros europeus ou norte-americanos que operam com datas fixas.

- **O Brasil apostou nas PIs, mas descuidou da política de serviços**

O país desenvolveu incentivos para a propriedade intelectual própria, mas não construiu um marco equivalente para a prestação de serviços, que é precisamente a via mais acessível de entrada para a colaboração internacional para a maioria das empresas.

- **Os marcos bilaterais existem, mas não são usados**

O acordo ibero-americano de coprodução foi ratificado pelo Brasil, porém ainda não entrou em vigor; o instrumento mais utilizado é o acordo latino-americano, que envolve um grupo de países, complementado por acordos bilaterais entre países da região. Apesar desta arquitetura existente, seu aproveitamento é mínimo: o problema não é apenas jurídico, mas de desconhecimento mútuo, já que os produtores de ambos os lados não conhecem em profundidade os fundos, os processos e os requisitos do outro.

- **A participação em mercados internacionais é estruturalmente baixa**

Somente 30% das empresas brasileiras assiste aos fóruns de comercialização internacional. Entre 48% e 53% dessas empresas não participaram em nenhum evento de mercado nos últimos três anos. Sem presença contínua nesses espaços, as relações de confiança que sustentam uma coprodução não podem ser construídas.

- **Coproduções desequilibradas**

A distribuição de direitos é outro ponto crítico. Acordos em que o Brasil contribui com talento e cede 50% da PI em troca de serviços superfaturados – **por ex., um desenho de som francês pode custar cinco vezes mais do que no Brasil** – acabam sendo negócios desfavoráveis disfarçados de coprodução. A desvalorização monetária agrava este desequilíbrio: uma moeda local fraca em relação ao dólar encarece ainda mais os serviços estrangeiros e diminui o poder de negociação do produtor brasileiro. No entanto, esse mesmo desequilíbrio pode se transformar em vantagem se for aproveitado para estimular a exportação de serviços de animação brasileiros, que se tornam mais competitivos no mercado internacional. O setor precisa de marcos que garantam equidade real e que contemplem os dois lados deste fenômeno.

- **Burocracia como freio sistêmico:**

58% do setor identificam a burocracia como fator limitante extremo, incluindo trâmites de importação/exportação que desestimulam a colaboração internacional.

- **Captação de investimentos privados quase inexistente:**

59% assinalam o acesso ao capital como o obstáculo principal. O setor depende quase exclusivamente do fomento público.

- **Abandono do conteúdo infantil e do curta-metragem:**

a falta de fomento específico para estes formatos enfraquece a cadeia de formação de novos públicos e de experimentação técnica.

- **Ausência de políticas específicas para a animação:**

o setor termina se guiando pelos mesmos parâmetros aplicados a produções live-action, nas quais os cronogramas, as etapas de produção e a regulação dos profissionais envolvidos não são devidamente contemplados.

2. Pontos fortes do setor brasileiro para a integração ibero-americana

- **Talento técnico de primeiro nível:**

projetos brasileiros competem em qualidade com centros de produção europeus. O nível dos animadores alcançou uma paridade técnica real com o mercado global.

- **Cadeia produtiva completa:**

88% não precisam externalizar fora do Brasil, o que indica uma indústria capaz de cobrir todos os elos do processo produtivo. No entanto, é necessário especificar que essa autossuficiência tem dupla leitura: em parte reflete capacidade real, mas também é resposta a uma estrutura regulatória que não viabiliza a coprodução internacional, levando muitos estúdios a trabalhar internamente com orçamentos abaixo do necessário.

- **Maturidade crescente em gestão executiva:**

a percepção da falta de expertise comercial como limitante caiu de 48% para 35% entre 2019 e 2025.

- **Soft power cultural real:**

o Brasil ocupa a 26ª posição global em influência cultural, um ativo ainda pouco usado na diplomacia audiovisual ibero-americana.

- **Valor narrativo reconhecido internacionalmente:**

a China é um dos principais destinos de exportação de PIs brasileiras, com o mesmo peso que o Canadá (20% cada um), o que mostra que a produção própria tem demanda em mercados muito diversos.

- **Identidade linguística como vantagem estratégica:**

o português não é uma barreira, mas um marcador de identidade que gera proximidade natural com o mundo ibero-americano. O 'portunhol' como ponte, não como obstáculo.

- **Ecossistema associativo ativo:**

ABCA, Abranima e BRAVI articulam o setor com capacidade técnica e política crescente.

- **Descentralização produtiva emergente:**

experiências de sucesso em diferentes regiões do país demonstram que o talento não está concentrado apenas no eixo São Paulo-Rio.

3. Oportunidades e modelos de referência

Além do diagnóstico de obstáculos, o debate identificou uma série de condições favoráveis e experiências concretas que apontam para onde pode crescer a coprodução ibero-americana do Brasil.

- **O bloco ibero-americano: o parceiro mais próximo e o menos aproveitado**

A Argentina e o México aparecem como destinos de exportação de PIs (19% e 14% respectivamente), mas mal figuram como parceiros formais de coprodução. O Chile vem surgindo como um caso de crescimento, um país em alta. Portugal e Espanha funcionam como pontes naturais ao mercado europeu. A infraestrutura cultural compartilhada – idioma, história, imaginários – existe, mas o que falta é a arquitetura institucional que a ative.

- **A prestação de serviços como porta de entrada**

O debate foi claro neste ponto: a 'prestação de serviços' não é uma categoria menos importante nem uma etapa que deva ser superada rapidamente. É a via mais realista de geração de confiança, conhecimento mútuo, formação de talentos e redes de colaboração que, com o tempo, levam a coproduções equitativas. Tratá-la como tal – e fomentá-la em consonância com isso – é um dos caminhos mais acessíveis para ampliar o vínculo com o restante do bloco. Nesse sentido, a participação dos estúdios de animação brasileiros em programas de exportação de bens e serviços – como os oferecidos pela Apex-Brasil – foi identificada como a via mais eficaz e eficiente para avançar nessa direção.

- **A TV Cultura como modelo de articulação regional**

A TV Cultura foi assinalada como um caso com história e potencial: instituição com valor de marca internacional reconhecido, experiência em coprodução com a América Latina e capacidade de funcionar como âncora institucional para projetos regionais. Sua presença na mesa reforça a ideia de que as

emissoras públicas podem desempenhar um papel estratégico na articulação ibero-americana para além da lógica do mercado.

• ‘Anima TV’* como referência de modelo integrado

O programa Anima TV foi mencionado como um exemplo digno de ser resgatado: seu sucesso não se baseou somente no financiamento, mas na combinação entre apoio econômico, capacitação, tutoria e diretrizes claras de produção. O resultado foi uma geração de conteúdo comercialmente sólida desde sua origem. Recuperar essa lógica integrada – fomento mais acompanhamento – é uma das demandas mais concretas do debate.

**Anima TV’ foi um programa brasileiro de fomento da animação para TV, ativo nos anos 2000, que combinava financiamento público com capacitação e tutoria para as equipes de produção.*

• O acordo Mercosul–União Europeia*

A aprovação do acordo no Senado foi assinalada como um marco com impacto potencial na redução de tarifas sobre hardware e software. Seu horizonte de implementação é de dezoito anos, o que exige um planejamento antecipado; no entanto, para o setor, o sinal político já tem valor.

**O acordo Mercosul-União Europeia, aprovado no Senado brasileiro em 2026 depois de décadas de negociação, estabelece uma zona de livre comércio entre ambos os blocos que contempla, entre outros pontos, a redução gradual de tarifas sobre bens tecnológicos como hardware e software.*

4. Propostas concretas

As propostas que surgiram do debate são organizadas em três eixos e implicam ações nos âmbitos municipal, estadual e federal. Não são aspirações genéricas: são demandas identificadas pelos próprios atores do setor a partir de obstáculos concretos.

Sobre a previsibilidade institucional

- Estabelecer calendários fixos de abertura de convocatórias que permitam às produtoras comprometer-se com prazos internacionais de coprodução com segurança jurídica e financeira.
- Criar um grupo de trabalho interinstitucional – ANCINE, Apex Brasil, Itamaraty, Receita Federal – para simplificar os trâmites de importação/exportação e coordenar a presença do setor em mercados internacionais.
- Capacitar os analistas de fomento nos processos específicos da animação – pipeline, render, rigging – para que os projetos não sejam avaliados com critérios do live-action.

Sobre a política de fomento

- Desenvolver linhas específicas para criar a oferta de prestação de serviços, entendida como etapa estratégica para a coprodução equitativa e a construção de redes de confiança no bloco.
- Recuperar a lógica do modelo Anima TV: fomento integrado com capacitação, tutoria e diretrizes de produção, não apenas transferência de fundos.
- Criar linhas específicas para curtas-metragens e conteúdo infantil, reconhecendo-os como laboratórios de talento e ferramentas de formação de novos públicos.
- Desenhar garantias contratuais que protejam a equidade na distribuição de PIs em coproduções internacionais, evitando cessões desequilibradas sob pressão financeira.

Sobre a integração ibero-americana

- Ativar as estruturas bilaterais de coprodução existentes com ações concretas: oficinas de conhecimento mútuo entre associações nacionais, missões comerciais cruzadas, mapeamentos de fundos disponíveis em cada país do bloco.
- Aumentar a participação sistemática em fóruns de mercado ibero-americanos – Prêmios Quirino, MIFA, Pixelatl, Ventana Sur – com apoio institucional específico para empresas médias e profissionais independentes.
- Fortalecer a aliança com os Prêmios Quirino como plataforma de visibilidade e articulação para a animação brasileira no conjunto do bloco, por meio de ações concretas como a projeção no Brasil das obras premiadas em cada edição ou exposições sobre os processos criativos da animação ibero-americana entre outras ideias

Encerramento

O debate de São Paulo deixou uma certeza clara: os obstáculos para a coprodução ibero-americana do Brasil não são de talento nem de qualidade. São de arquitetura institucional. O setor tem a capacidade técnica, a diversidade narrativa e o peso cultural para ocupar um lugar central no bloco ibero-americano da animação. Precisa de previsibilidade, estruturas operacionais e presença contínua nos espaços onde esse bloco é construído.

O Brasil não precisa demonstrar que pode ser uma potência da animação ibero-americana: ele já é. A questão que o Laboratório de Futuros levou a São Paulo foi outra: como construir juntos uma região na qual o Brasil e o resto da Ibero-América se fortaleçam mutuamente.

Este documento reúne as conclusões desse primeiro encontro como ponto de partida para o trabalho que o Laboratório de Futuros Quirino continuará construindo junto com a região.

Prêmios Quirino da Animação Ibero-americana

Laboratório de Futuros – Sessão especial São Paulo, Brasil, março de 2026